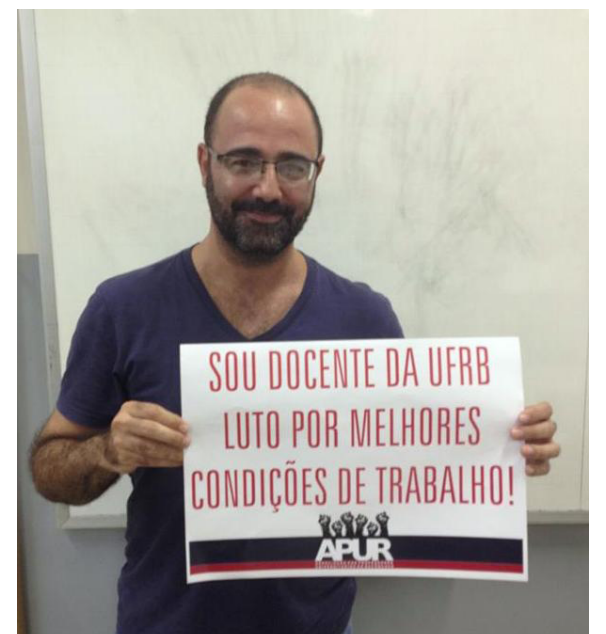
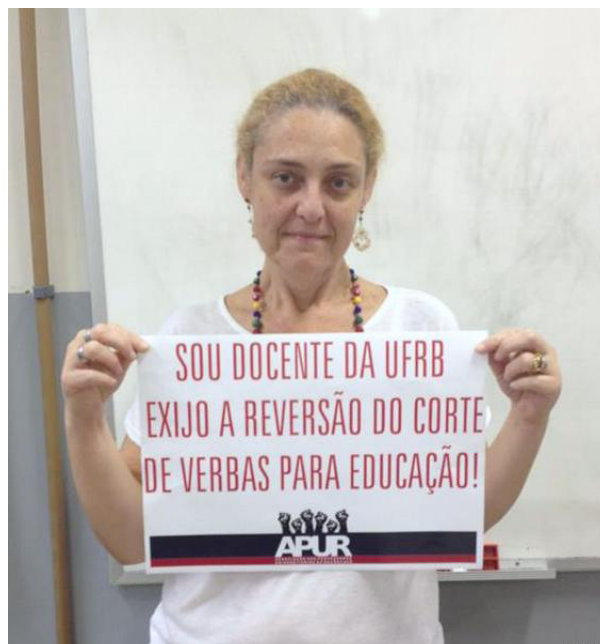
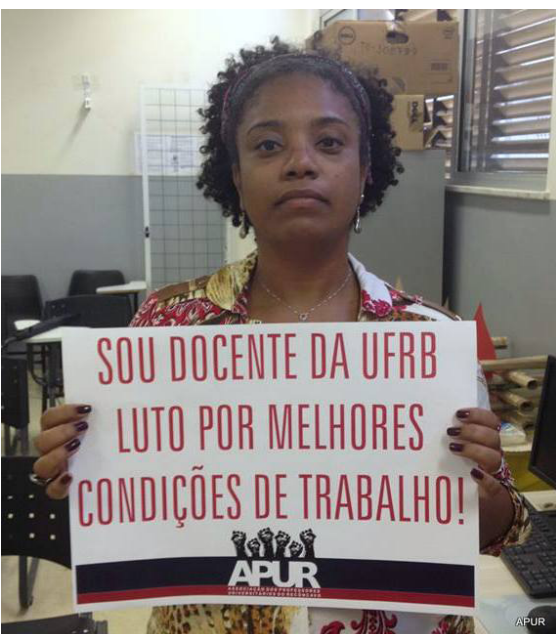
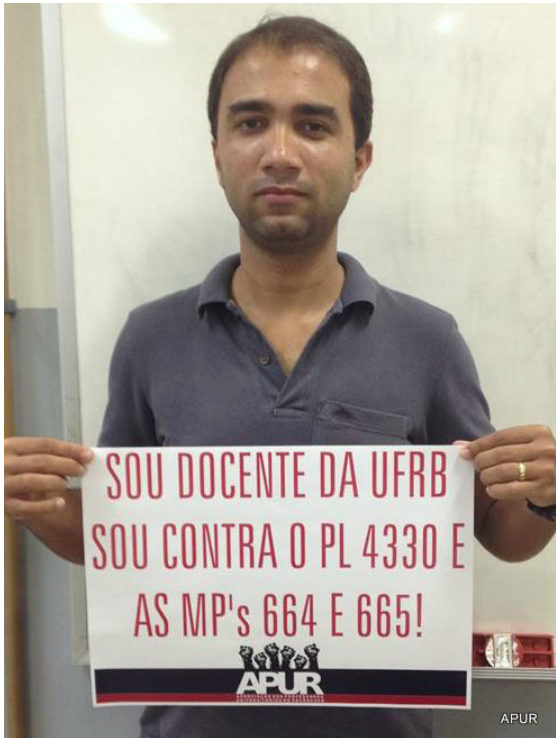


INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 02 - Cruz das Almas (BA) - 09 de Abril de 2015 - www.apur.org.br

A MOBILIZAÇÃO PELA PAUTA DOCENTE NA UFRB



MANIÇOBA POLÍTICA DO CAHL RENDE DISCUSSÕES SOBRE A PAUTA DOCENTE

Buscando sempre inovar em suas atividades de participação nos centros da UFRB, a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) organizou, nessa quarta-feira (8), a “Atividade Política Gastronômica: a maniçoba política do CAHL”. Além de saborear uma deliciosa maniçoba, esse prato típico do Recôncavo que agrada tanto os baianos quanto os visitantes, a atividade propiciou um momento de diálogo entre os/as professores/as, principalmente sobre alguns pontos que fazem parte da pauta docente como, por exemplo, as condições de trabalho e o mínimo de 8 horas em sala de aula. O encontro também serviu para que os novos professores do CAHL conhecessem um pouco mais sobre a APUR e a importância da filiação.

Dizem por aí que tudo o que é bom vem em dobro, então, todos já podem se preparar, porque a segunda maniçoba de 2015 já tem data marcada. Será no dia 16 de abril, dia em que os candidatos à reitoria farão um debate no CAHL.



APUR



APUR



APUR



APUR



APUR

REUNIÕES SINDICAIS NOS CENTROS DA UFRB REFORÇAM A IMPORTÂNCIA DA LUTA PELO MÍNIMO DE HORAS EM SALA DE AULA

A Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) promoveu, nesta semana (6 a 8), uma rodada de reuniões sindicais nos centros da UFRB. As reuniões, que fizeram parte das Jornadas de Lutas, levantaram a discussão sobre a construção da pauta docente, dando ênfase para o mínimo de 8 horas em sala de aula, uma reivindicação que há muito vem sendo feita, mas que ainda não obteve resposta positiva por parte da administração central da UFRB.



CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 8 HORAS PARA AS ATIVIDADES DE SALA DE AULA NA UFRB JÁ!

Passado quase um ano desde que começou uma campanha em prol do mínimo de 8 horas em sala de aula, a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) ainda espera que esse direito, que é assegurado pela LDB, seja colocado em prática na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Mostrando que não vai descansar até conseguir essa vitória para a categoria docente, a APUR voltou a colocar esse ponto de pauta em discussão esta semana em reuniões sindicais em todos os Centros.

No ano passado, quando a discussão começou, o professor do CAHL, Fabrício Lyrio, colocou que a questão da carga horária docente envolve a própria concepção que temos a respeito da Universidade, pois ela definiria a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. “Quando o professor assume 8 horas em sala de aula, significa que ele dedicará, no mínimo, mais 8 horas para o planejamento das aulas, ou seja, 16 horas para a atividade de ensino”, completou Fabrício.

O professor ainda explicou que este valor corresponde a mais de um terço da carga horária de um docente, que é de 40 horas. Aqui, entram na discussão outras atividades desempenhadas pelos professores, que vão além das referentes à sala de aula propriamente dita. Sendo assim, Fabrício questionou, se o ensino, a pesquisa e a extensão têm o mesmo valor, por que o ensino deve ocupar mais de um terço da carga horária?

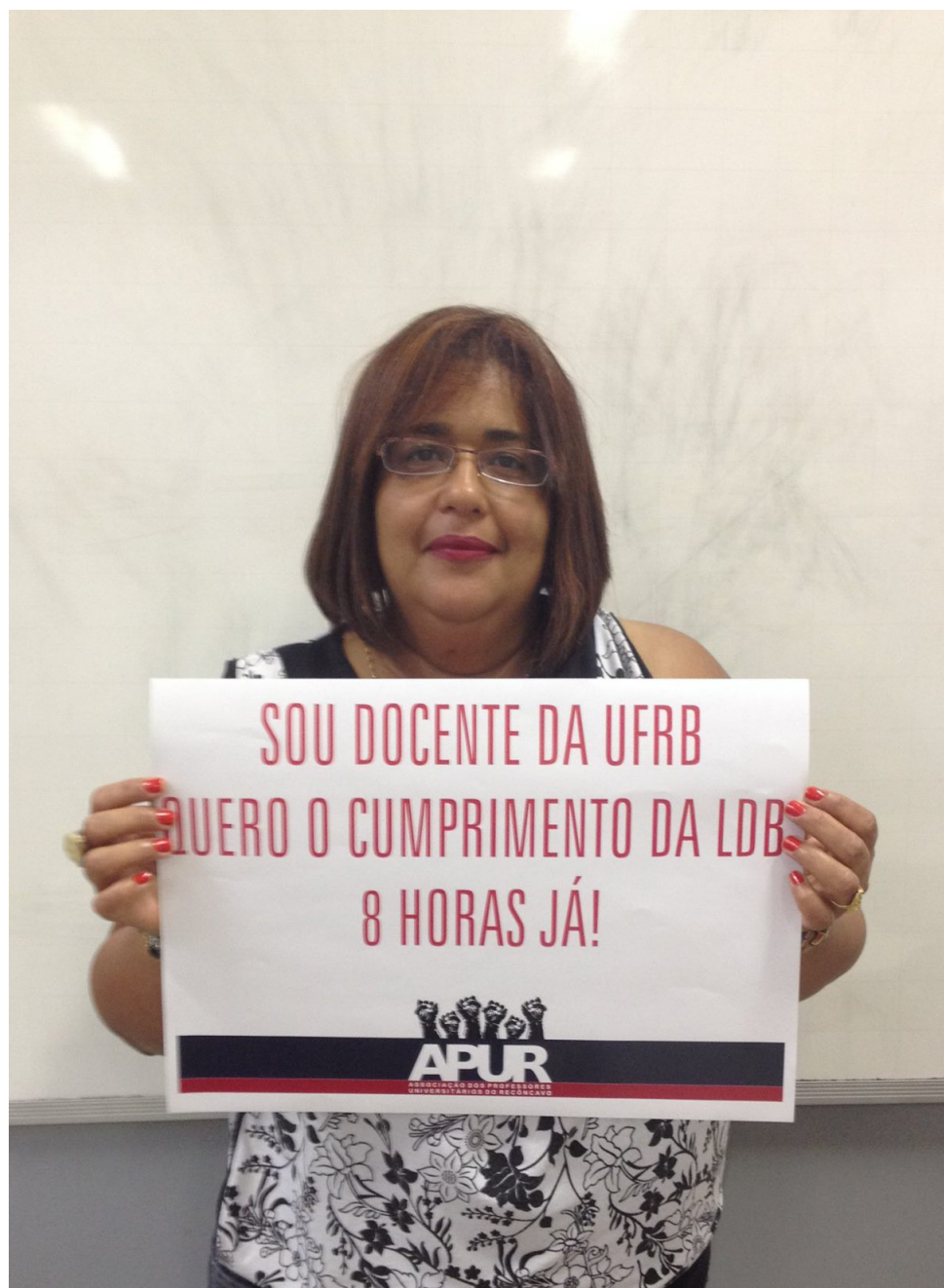
O que diz a Lei

A reivindicação pelo mínimo de oito horas para as atividades em sala de aula não é um capricho dos docentes da UFRB. Ela é uma luta legítima amparada por lei. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)- Lei Nº 9.394/1996, que é quem define e regulariza o sistema de educação do Brasil de acordo ao que reza a Constituição, em seu artigo 57, “Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas”.

Confirma-se, dessa forma, que não é uma resolução nova, que poderia pegar as instituições de surpresa. Mesmo assim, a UFRB, uma instituição de apenas oito anos de existência, estabelece que o professor reserve em seu Plano Individual de Trabalho (PIT) “Mínimo de 10 e máximo de 16 horas – aula de acordo com o Regime de Trabalho de dedicação exclusiva”.

Sobre este mínimo de 10 horas, o professor Fabrício Lyrio afirmou que, somando-se a carga horária equivalente para o planejamento, significa que 50% da carga horária de trabalho do docente estará dedicada ao ensino. “Sobram apenas 20 horas para as atividades de pesquisa e extensão, que ficam inferiorizadas. Imagine que esse professor desenvolva também atividades administrativas, participe de reuniões de Colegiado e Área de Conhecimento, integre comissões, emita pareceres, oriente estudantes de graduação e pós-graduação etc. Como fica sua jornada de trabalho?” questionou o professor.

Para Fabrício, é óbvio que esse professor terá apenas duas opções: ou vai ter que trabalhar 60 horas ou mais por semana - o que é inconstitucional - ou vai dedicar menos tempo ao planejamento das aulas, à pesquisa ou à extensão.



UNIVERSIDADES FEDERAIS SOFREM COM AS MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE GASTOS



Crédito: Bruna Homrich Sedufism

Mesmo depois da aprovação do Orçamento da União, as universidades ainda enfrentam uma cruel realidade com os cortes de verbas, já que o orçamento ainda aguarda a sanção presidencial; o que ainda impede que o governo repasse recursos às universidades federais, e tem gerado cortes de diversos serviços. Segundo publicação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), o repasse de verbas públicas para o setor privado estaria garantido, enquanto que as instituições federais de ensino sofrem com a falta de recursos. Ainda segundo a publicação, nem mesmo a aprovação do orçamento impedirá que as Instituições Federais de Ensino continuem sendo submetidas ao contingenciamento.

Vários casos servem para corroborar esse pensamento do ANDES. Não vamos esquecer que, no final do mês passado, a reitoria da UFBA apresentou uma carta informando que por conta de restrições nas verbas de custeio, a universidade precisaria tomar algumas medidas cautelares como a redução do consumo de água, energia elétrica e telefonia; redução em outros itens de consumo e de material de expediente; restrição do uso de serviços de correios e reprografia; passagens, diárias, hospedagens e apoio a eventos; redução de despesas gerais e redução de valores de contratos diversos.



Reitoria da UFES. Crédito Portal UFS

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) também tem enfrentado dificuldades. Por conta do corte nos gastos, a UFES tem tido problemas para efetuar o pagamento de bolsas, viagens, diárias, compra de materiais, e também tem passado pelo constrangimento de atrasar o salário dos trabalhadores terceirizados que realizam serviços de limpeza e vigilância.

Ainda segundo informações do ANDES, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a falta de técnicos em oito laboratórios de atividades práticas de pesquisa e extensão, do curso de Comunicação Social — Jornalismo e Relações Públicas, estaria adiando as atividades. Se bem que essa realidade não é uma novidade, já que, de acordo à publicação, desde que os cursos foram criados, há cerca de oito anos, as atividades práticas nunca contaram com técnicos.

Pela defesa da educação pública e reivindicando que o governo reabra a negociação com os servidores federais, entre outros pontos, nessa quarta-feira (8), os professores da UFSM aderiram à paralisação dos servidores técnico-administrativos, que teve início na terça-feira. Muitos docentes se reuniram em frente ao campus para distribuir panfletos. As aulas voltam ao normal nesta quinta-feira (9). Já os servidores técnico-administrativos só vão retomar as atividades na sexta-feira (10).

NOVO MINISTRO DA EDUCAÇÃO TOMA POSSE EM MOMENTO DIFÍCIL PARA AS UNIVERSIDADES PÚBLICAS



Em meio à crise que tem se alastrado por todas as áreas da educação nacional (como, por exemplo, os cortes de verbas que tem levado diversas instituições a reajustes em seus serviços), nessa segunda-feira (6), tomou posse o novo ministro da educação, Renato Janine Ribeiro. O novo ministro, que recebeu o convite para ocupar o ministério no dia 26 de março, com a divulgação oficial de seu nome no dia 27, é professor aposentado de ética e filosofia política na Universidade de São Paulo (USP).

Seja por sua experiência de 20 anos em sala de aula, pelo atual momento de crise na educação (que tem se agravado com a falta de aprovação do orçamento para 2015) ou por declarações tais como: “a educação constitua um destes pontos que permitam unir o País, gente de um lado ou de outro, mas que sabe que sem educar não se avança”; “acredito na educação como libertação. Não é uma transmissão de conteúdo, uma padronização das pessoas”; a nomeação de Renato Janine Ribeiro vai gerar grande expectativa, não só por parte de quem trabalha diretamente na área da educação, mas também por parte da imprensa que já vem especulando qual será a postura do novo ministro.

Mas os desafios do novo ministro não se resumem às habituais expectativas. Não podemos esquecer que, desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff, outros quatro nomes já tomaram posse do ministério da educação (Fernando Haddad, Aloizio Mercadante, José Henrique Paim e Cid Gomes) o que, de certa forma, pode ser indício de uma instabilidade numa área tão importante para o andamento de uma nação como a educação.

O Ministério da Educação, e por extensão o novo ministro, também precisa resolver a questão dos prazos de implementação das 20 metas do Plano Nacional da Educação (PNE), que foram aprovadas no ano passado e tem a validade de 10 anos; as novas regras para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies); os atrasos em parcelas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e, obviamente, o já citado problema com a não aprovação do orçamento para 2015, o que tem impedido que o governo repasse recursos às universidades federais, e tem gerado cortes de diversos serviços.

Ainda é cedo para prever qual será o resultado de mais uma mudança no ministério da educação, principalmente para nós das universidades federais, mas ao tomar posse, Renato Janine Ribeiro garantiu que vai colaborar com o ajuste fiscal, porém ainda não faz ideia da dimensão do corte. Ressalte-se que o MEC foi quem mais sofreu com a diminuição do fluxo do orçamento feito pelo governo logo no início do ano, já que é a pasta que com maior orçamento.

Renato Janine Ribeiro também repetiu o velho discurso da importância da educação básica. No que se refere à preservação de recursos, o novo ministro afirmou que a educação básica será prioridade: “Todos os ministros dizem que o foco principal é a educação básica. Com certeza é, e com certeza tem que ser, e isso é mais ou menos óbvio, as crianças são as mais vulneráveis”, afirmou Renato Janine Ribeiro em entrevista coletiva logo após tomar posse.

APROVADO TEXTO PRINCIPAL DO PL 4330

Mesmo após os protestos ocorridos nessa terça-feira (7), e que mobilizou mais 17 estados e o distrito federal, o texto principal do polêmico Projeto de Lei (PL) 4330, conhecido como o PL da terceirização, foi aprovado pela Câmara dos Deputados nessa quarta-feira (8). Com 324 votos a favor, 137 votos contrários e duas abstenções, as propostas de destaques (alterações do texto) só serão debatidas na próxima semana. Depois de concluída a votação, o texto será analisado pelo Senado.

Mobilizações em todo o país

As manifestações fizeram parte da semana de Jornada de Lutas. Não por acaso, já que o PL já estava para ser votado, como afirmou o próprio presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Segundo ele, não havia possibilidade de adiar a votação, e faria quantas sessões extraordinárias fossem necessárias para avaliar a proposta.

A manifestação não foi muito amigável em Brasília. Segundo notícias veiculadas nos meios de comunicação, houve confronto entre policiais e manifestantes. Ainda segundo as notícias, a Câmara de Deputados informou que 4 pessoas foram detidas e 8 ficaram feridas (3 manifestantes, 1 visitante, 2 PMs e os deputados Vicentinho e Lincoln Portela). Já os policiais afirmaram que apenas uma pessoa foi detida e 4 ficaram feridas, sendo todas policiais.

Já na Bahia, a mobilização se concentrou no bairro do Stiep, em Salvador, e foi um ato pacífico organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além do PL4330, o ato na capital baiana protestava em defesa da Petrobrás, pela reforma política e pelos direitos dos trabalhadores. De acordo aos manifestantes, aproximadamente 100 pessoas teriam participado do ato, mas, como é de esperar, a polícia reduz esse número a 70 pessoas.



Crédito: Ruan Melo G1



Crédito: CUT

Entendendo o PL 4330

Caso o PL 4330 seja aprovado, os trabalhadores sofrerão um grave ataque, já que o Projeto prevê a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade das empresas e também do setor público, sem nenhuma indicação de limite ao tipo de serviço que será terceirizado. O projeto também coloca em risco a garantia de direitos trabalhistas importantes como férias, 13º salário, descanso remunerado, horas extras, entre outros.

Em publicação em seu site de notícias, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES- SN) trouxe dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que afirmam que 80% dos acidentes de trabalho ocorrem com terceirizados. Os terceirizados ainda enfrentariam péssimas condições de trabalho e grandes dificuldades para se organizarem enquanto categoria. Ainda segundo o estudo, fazendo uma comparação com o trabalhador direto, o terceirizado fica no emprego 2,6 anos a menos, tem uma jornada de três horas a mais por semana e ganha 27% a menos.

Nas regras atuais, a contratação terceirizada é admitida somente para a chamada atividade-meio, e não para atividade-fim da empresa. Em outras palavras, uma universidade particular, por exemplo, não pode contratar professores terceirizados, mas pode terceirizar serviços de limpeza e segurança. O PL 4330 acaba com tal limitação, ou seja, será possível até mesmo terceirizar a função de professor.

Além das perdas de direitos já citados, as centrais sindicais são contrárias à proposta por ela transferir às empresas terceirizadas a obrigação de recolher as contribuições da previdência, o que, segundo elas, é uma responsabilidade que deveria ficar nas mãos dos contratantes. A falta de isonomia também é um ponto que repele qualquer tipo de simpatia por parte das centrais sindicais. O texto a ser votado defende somente a isonomia no direito dos terceirizados usarem os mesmos banheiros, refeitórios, ambulatórios e creches das empresas contratantes. Todavia, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), por exemplo, exige a isonomia de salários e direitos entre terceirizados e funcionários diretos.

O PL 4330 ainda pode fazer com que a terceirização vire rotina, já que abre prerrogativa para que a empresa prestadora de serviços contrate outra empresa, o que vai gerar ainda mais riscos aos direitos dos trabalhadores. Enfim, muitos são os pontos que tornam esse projeto ainda mais polêmico e nocivo aos direitos dos trabalhadores. Infelizmente, por se tratar de um negócio para as empresas, tal projeto está cada vez mais perto de ser aprovado. Cabe a nós, servidores federais, buscarmos formas de lutar e combater mais esse ataque aos trabalhadores.